



ACÓRDÃO Nº1107/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1400/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Habitação – FEH.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Advogado:** Não Possui.
- 6- **Responsável:** Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula – Gestor e Ordenador de Despesa.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4617/2016-DMP-FCVM, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 990/997v).
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Habitação – FEH. Exercício de 2013.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que acolheu, em sessão, o voto-vista do Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual, exercício 2013 do Fundo Estadual de Habitação, de responsabilidade do Senhor Sidney Robertson Oliveira de Paula – Presidente;
- 10.2. **Multar o Senhor Sidney Robertson Oliveira de Paula**, Presidente do FEH e Ordenadores de Despesas, à época, no montante de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito mil e vinte e cinco centavos), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, da Lei 2.423 de 10.12.1996 - LOTCE, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei n. 2.423/1996 - LOTCE c/c o artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução TCE nº. 04/2002), inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelo cometimento das impropriedades listadas no voto de nº s. 01 a 35;
- 10.3. **Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** (artigo 174 do RITCE/AM) para que o Senhor **Sidney Robertson Oliveira de Paula**, Presidente do FEH e Ordenadores de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (art. 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº1107/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

- a)** Encaminhe à atual Administração do Fundo Estadual de Habitação, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pela Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;
- b)** Notifique o Senhor **Sidney Robertson Oliveira de Paula**, Presidente do FEH e Ordenadores de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso.
- c)** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

Vencido o Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que votou pela irregularidade das contas, glosa e multa.

11- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de novembro de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral